

Avanços e desafios na política social no Brasil:
diagnósticos e gestão para a superação da extrema pobreza

Ana Fonseca
Antonio Ibarra

Introdução

A política social no Brasil apresentou, nos últimos anos, avanços significativos, principalmente no enfoque da pobreza e extrema pobreza. O amadurecimento democrático e institucional foi fundamental neste processo, bem como o conhecimento de novos instrumentos técnicos e de indicadores que melhor retratasse as transformações pelo qual o país passa. Um exemplo dessa transformação é a utilização do Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), que durante muitos anos funcionou como indicador único para repasses de fundos e serviu de orientador para os programas sociais. Como fruto do amadurecimento, o país oficializou uma linha de extrema pobreza em 2011, após décadas de debate com base em diagnósticos recentes que permitiram evoluir principalmente na superação da extrema pobreza, utilizando dados do Censo Demográfico com registros administrativos. Este artigo busca discutir os passos que permitiram que esse avanço social fosse possível assim como os desafios que surgem para a gestão da política social num país tão vasto e com fortes diferenças regionais.

O Brasil foi dos poucos países no mundo que lançou o desafio de superar a extrema pobreza. Esse desafio foi lançado após avanços extraordinários na gestão das políticas de transferências de renda e na complementaridade com uma visão multidimensional do tema. As bases que permitiram essas transformações necessitam ser investigadas para melhor compreensão dos avanços alcançados e dos desafios que ainda existem.

Enquanto muitos países cortavam gastos nas áreas sociais, o Brasil logrou, com todas as limitações, incorporar a visão para a gestão pública de que se trata de um investimento social e não apenas uma questão meramente assistencialista. No auge da crise econômica internacional, o país logra, com recursos escassos, dar um passo significativo na superação da extrema pobreza.

Nesse sentido, a análise do comportamento macroeconômico se torna imprescindível para permitir vislumbrar em que bases as reformas que ainda são necessárias – tributária, previdenciária e trabalhista, principalmente – possam contribuir para garantir que o país supere não apenas a extrema pobreza mas lançar o desafio para a pobreza como um todo, tendo em mente sempre o aspecto multidimensional que se necessita para essa meta.

A proteção social brasileira foi impulsionada após a implantação do Código Constitucional de 1988. Entendemos por proteção social o conjunto de ações e programas de distintos Ministérios que auferem mais diretamente suas ações para as questões sociais – Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério

da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego. Cada um destes Ministérios foi afetado pelas mudanças constitucionais e nos pactos federativos que foram imprescindíveis para o avanço da política social setorialmente individualizada.

Ainda assim, sabemos que muitos municípios não tem ainda estrutura suficiente para poder gerenciar os planos de trabalho com o Governo Federal. Essa institucionalidade ainda precisa de aprimoramento, mas não deve tardar em ocorrer com os incentivos que vem sendo dados para que os municípios se apropriem das suas próprias ações.

A descentralização é parte integrante neste processo para fortalecer ações e programas de políticas sociais, tendo, possivelmente, ter tido um forte impacto na redução da desigualdade na última década, mas sem podermos mensurar de que magnitude.

Descentralização significa que estados e municípios passam a gestionar as políticas e programas que o Governo Federal tem dificuldade em executar na ponta. Assim, é papel do Governo Federal oferecer todo o arcabouço sustentável para que os municípios e estados possam atuar da melhor forma possível.

Uma avaliação do processo de descentralização passa pela análise de indicadores setoriais que estão, pela própria natureza da informação que tem, sempre em dissintonia com os de outras áreas. Trata-se de um sistema complexo, portanto, e que deve ser cuidadosamente avaliado para evitar confusões que muitas vezes levam a interpretações equivocadas. Neste sentido, o uso de registros administrativos e de acompanhamento de tendências através de pesquisas domiciliares regulares é imprescindível, mas quando se utiliza uma ou outra, pode levar a distinções bastante razoáveis quando comparadas. O caso brasileiro não foi distinto e representou um desafio interno de preparar as bases desse projeto, principalmente em 2003, quando se unificaram todos os programas sociais no Programa Bolsa Família.

Desde 1988, data da promulgação da última Constituição Federal, o PIB praticamente triplicou de tamanho, fazendo com que a parcela da população mais necessitada fosse favorecida. Esse logro social somente foi permitido pela própria Constituição que descentralizou as políticas sociais que demoraram anos para serem efetivadas. Nos anos 1990, a grande contribuição das aposentadorias rurais para a redução dos elevados patamares de pobreza foi notória. Nos anos 2000, entretanto, a situação macroeconômica aliada à políticas de transferências de renda foram suficientes para reduzir a pobreza. A partir de 2010, o principal foco tem sido na superação da extrema pobreza numa ótica multidimensional e não meramente monetária.

A multidimensionalidade da extrema pobreza somente pode ser compreendida pela transversalidade das ações entre distintos ministérios e pela complementaridade de programas focalizadas para populações específicas.

O Brasil apresentou, no Censo Demográfico de 2010, um total de 5.565 municípios. Considerando esse dado, a população média brasileira seria de cerca de 35 mil habitantes. Entretanto, a concentração populacional revela outro quadro na sua composição, lembrando que alguns municípios tem território superior ao de muitos países mundo afora. O município de Altamira no estado nortista do Pará é um exemplo clássico dessa magnitude. Em termos

territoriais supera duas vezes o tamanho de Portugal e é considerado o maior município do mundo. Ao mesmo tempo, representa 1% do território brasileiro.

O país também avançou enormemente na redução da taxa de desemprego, fruto principalmente da política de valorização do salário mínimo, colocada em prática desde meados da década de 2000, que impulsionou a massa salarial. Esse movimento foi acompanhado pela crescente formalização do mercado de trabalho, seja pela criação de novos postos ou pela formalização de algum posto que não estava devidamente registrado.

Comparando o estoque de empregados formais entre 2000 e 2010, houve a entrada de 17,8 milhões com dois movimentos de forte impacto na redistribuição das riquezas nacionais. Por um lado, o emprego em municípios de mais de 1 milhão de habitantes foi responsável por 29,5% desses empregos gerados ou formalizados, sendo que esse conjunto de municípios representa 36,1% do total de empregos em 2011. Houve, portanto, uma sub-representação desse grupo de municípios em relação aos demais. Outra boa notícia foi o crescimento em todas as faixas de porte populacional nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, salvo nos municípios acima de um milhão nessa última região comparativamente ao seu peso, enquanto nas regiões Sudeste e Sul, que concentram a maioria dos empregos formais brasileiros, houve uma sub-representação em todas as faixas de porte populacional. Em suma, ocorreu uma descentralização dos empregos gerados nos grandes municípios e crescimento maior desse indicador nas regiões mais pobres do país.

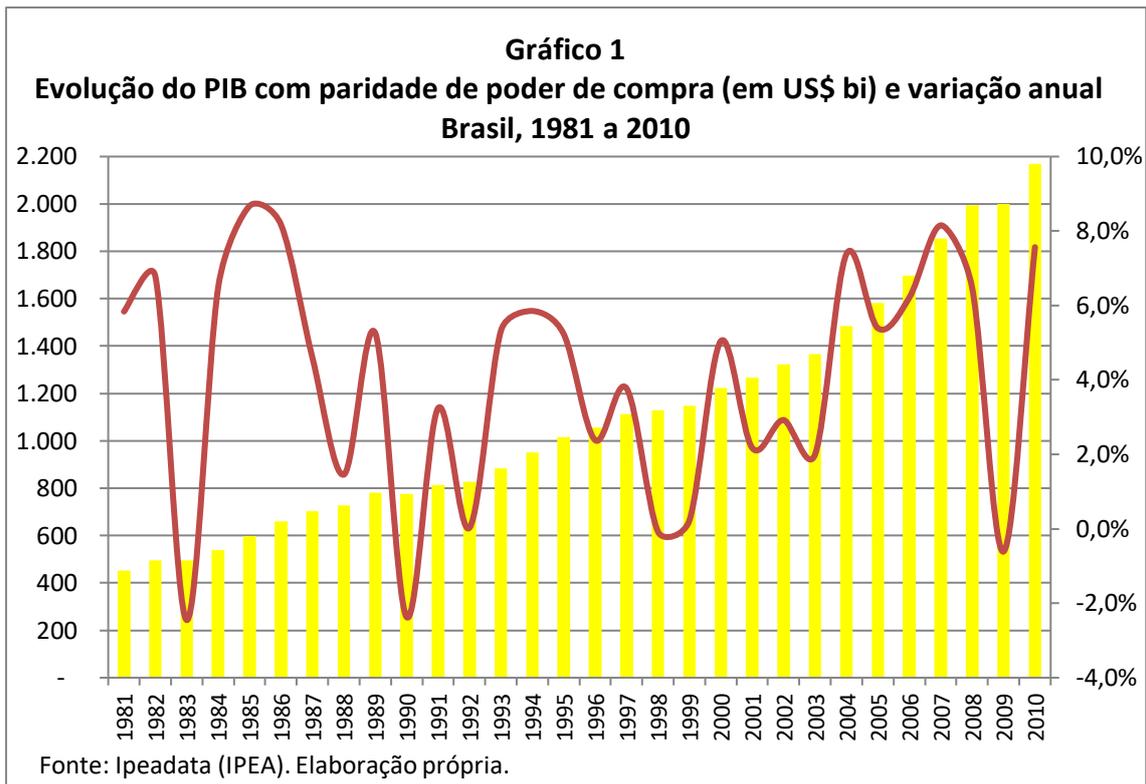
A iniciativa privada abriu os olhos para a região Nordeste, levando investimentos que se concentravam nas regiões mais ricas. A construção de diversos *shopping centers* no interior e de solicitação de portos privados na região Nordeste são indicativos que a região tem um potencial ainda maior para a economia nacional.

Este estudo busca discutir a política social brasileira em geral, mas principalmente em dois eixos que foram fundamentais para os avanços sociais logrados – a superação da extrema pobreza e a formalização no mercado de trabalho.

Ambiente macroeconômico

O PIB per capita teve um crescimento de 58,7% entre 2000 e 2010, considerando a paridade do poder de compra, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esse valor é bastante superior aos 35,4% entre 1990 e 2000. O Gráfico 2 mostra a trajetória do PIB com paridade de poder de compra e a variação anual do PIB.

O crescimento econômico verificado nas duas últimas décadas não deixa dúvida que contribuiu consideravelmente para a melhoria nas condições de vida da população, mas foi impulsionada principalmente pela política de valorização do salário mínimo, que fez com que a massa salarial aumentasse consideravelmente.

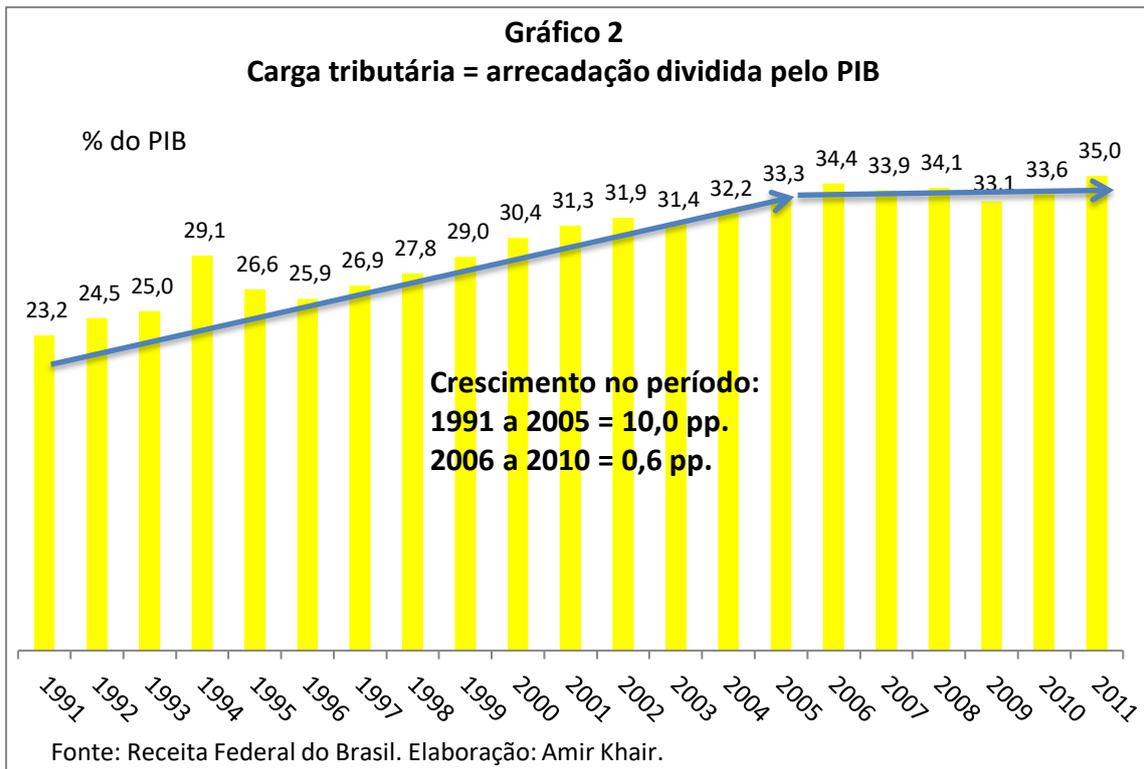


O ambiente propício para o crescimento econômico estimulou a formalização de trabalhadores por parte das empresas, mas também gerou novos postos de trabalho. Como resultado desse movimento, o mercado de trabalho formal teve um aumento extraordinário. Houve um incremento de 17,8 milhões de postos de trabalho entre 2000 e 2010, representando um aumento de 68,0%. Esse significativo incremento no mercado de trabalho formal foi menos concentrado nas regiões metropolitanas e mais importantes no interior do país, como veremos adiante.

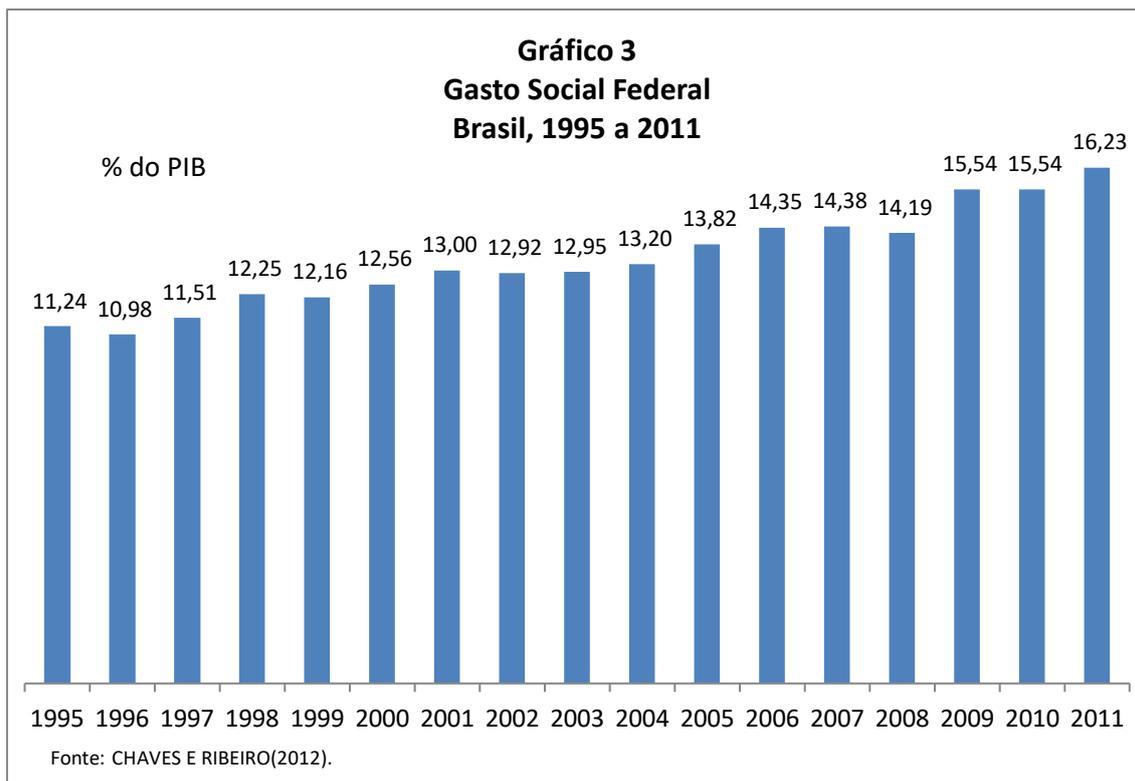
Analisando o comportamento da carga tributária conceituada pela relação da arrecadação tributária sobre o PIB nas últimas décadas revela dois pontos distintos segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Amir Khair. Por um lado, nota-se um crescimento de 10 pontos percentuais entre 1991 e 2005 e certa estabilidade a partir de 2005, conforme demonstra o Gráfico 1.

Talvez o país tenha atingido o ápice da carga tributária que pode parecer baixo em relação a outros países, mas em termos políticos não deve ter um comportamento distinto ao dos últimos anos. Apesar do empenho político em trilhar algumas reformas necessárias há muito, as reformas tributárias, trabalhistas e previdenciárias parecem ser metas improváveis de serem alcançadas nos curto prazo.

Apesar desse empenho, as reformas sociais foram seguramente o destaque nos últimos dez anos. A unificação de programas de transferências realizada a partir de 2003 permitiu uma capilaridade nas ações e estabeleceu as fundações dos compromissos de universalização da política social. Não cabe dúvida que o momento econômico foi bastante apropriado para essas transformações, mas foi o que garantiu amenizar os impactos das crises econômicas internacionais internamente.



Segundo estudo recente de técnicos do IPEA (Chaves e Ribeiro - 2012), o gasto social federal em relação ao PIB vem aumentando ano após ano, superando a marca dos 16% em 2011. O IPEA considera o gasto social do Programa Bolsa Família, mas também da Saúde, Previdência Social, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Secretaria das Mulheres e Direitos Humanos.



Apesar de haver aumentado o gasto social de 11,24% em 1995 para 16,23% em 2011 ocorreram avanços na melhoria da alocação desses recursos, principalmente na gestão pública municipal que inicia seu processo de profissionalização. O aumento do gasto social não foi a principal causa das conquistas sociais nos últimos anos, mas sem sombra de dúvida, foram fundamentais para o aprimoramento da política e das ações no âmbito federal.

Os avanços logrados na melhoria da alocação desses recursos ocorreram principalmente em função da profissionalização da gestão pública, em todas suas esferas. Ainda assim, há municípios de pequeno porte que não logram se adequar as responsabilidades fiscais exigidas, prejudicando sua população.

O controle da inflação foi fundamental para consolidar os avanços sociais. Um dos principais elementos que destrutura as famílias de mais baixa renda é a inflação e quando esta está controlada, favorece as políticas sociais como um todo.

A arrecadação dos municípios foi responsável por 4,9% da arrecadação total em 2010. Essa arrecadação ocorre principalmente pelos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão *inter vivos* de Bens e Imóveis (ITBI) e Impostos sobre Serviços de qualquer natureza (ISS ou ISSQN). Da arrecadação de 2010, 2,2% provinham do ISS, 1,2% do IPTU e 1,4% dos demais.

A arrecadação estadual foi responsável por 25,2% da arrecadação total em 2010. Essa cifra é composta principalmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), correspondente a 20,8% naquele ano. Além disso, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA) colabora com 1,7% e outros 2,7% são compostos de Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de qualquer bem ou direito (ITCMD).

Os restantes 69,9% da arrecadação são provenientes da esfera federal, principalmente em quatro tributos: Imposto de Renda (IR), responsável por 17,3%, Previdência Social (17,2%), Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS) com 11,3% e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com 5,0% em 2010.

Nota-se, portanto, a obrigatoriedade de financiamento dos municípios devido à descentralização situada pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, deve-se ter em mente que os países de dimensões continentais – como o Brasil – a gestão desses recursos e a garantia de proceder de forma eficiente e eficaz são fundamentais para garantir o sucesso das ações governamentais.

Não se pode olvidar também da importância de haver um contínuo no processo democrático no país que permitiu a reeleição dos últimos dois Presidentes da República – Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. A reeleição é um elemento importante de consolidação de políticas de médio prazo e no caso brasileiro, especificamente, de aprofundamento das políticas sociais para a parcela mais pobre da população.

No caso do Programa Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolveu uma série de indicadores de gestão municipal que garantem um recurso adicional para os municípios que estejam com um bom desempenho na atualização dos cadastros, por exemplo, na melhoria no atendimento à população mais necessitada. O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) reúne mensalmente esse conjunto de indicadores que determinam o volume de recursos que serão repassados. Isso não oculta, entretanto, a necessidade de outros investimentos nos âmbitos municipais com necessidades de veículos para que os assistentes sociais possam chegar às regiões mais remotas.

Entretanto, devido às dimensões continentais, existem distintas “pobrezas” nas diversas regiões. Enquanto uma região sofre com a estiagem, em outras regiões a pobreza tem um perfil distinto. Essa característica tem implicações diretas na linha de pobreza ou extrema pobreza que se adota. A diferenciação no patamar mínimo é completamente distinto segundo as

O financiamento das políticas sociais deve acompanhar o desempenho de diversos indicadores e das transformações que ocorrem muitas vezes em curtos períodos de tempo ou que são efeitos de processos mais longos. Neste sentido, a redução na taxa de fecundidade que se verifica mundialmente também impacta diretamente no país. Esse efeito, aliado ao crescimento da renda das famílias, foi fundamental para a redução no tamanho das famílias brasileiras.

A discussão dos royalties do petróleo brasileiro tem tido pouco espaço para a discussão das políticas sociais. Essa discussão ainda tramita no Congresso Nacional na disputa entre os estados para saber como esses recursos serão manejados. Estados produtores de petróleo não abrem mão de suas receitas enquanto se sabe que é necessário redesenhar o formato de distribuição dessa riqueza para garantir o desenvolvimento de toda a nação. No entanto, as agendas sociais e ambientais permanecem alheias à discussão até o momento. Em boa medida, esse fenômeno ocorre em função do empenho da Presidente Dilma em garantir os

recursos necessários para a superação da extrema pobreza expandidos no caso do Programa Brasil Carinhoso.

As reformas tributárias e previdenciárias estão sendo lentamente discutidas no país e não devem encontrar muito espaço no diálogo nacional até as próximas eleições presidenciais. No entanto, os diagnósticos têm sido bastante relevantes para situar a necessidade dessas reformas principalmente em função das transformações demográficas que se projetam para a próxima década.

A necessidade de acompanhamento de alguns indicadores socioeconômicos e aprofundamento dos diagnósticos no caso brasileiro permitem estabelecer as bases para orientar a discussão do financiamento das políticas sociais brasileiras. Após a constatação de que não é absurdamente custoso atender às demandas da população em situação de extrema pobreza, as transformações que vem ocorrendo devem ser cuidadosamente analisadas em função da elevada carga tributária que existe no país, mas que permitiram avanços estrondosos no país que ainda tem muitos desafios.

Avanços sociais: da criação do Bolsa Família ao Plano Brasil sem Miséria

A unificação dos programas sociais quando foi criado o Programa Bolsa Família representou uma ruptura para as políticas sociais pois representou a centralização dos distintos cadastros de programas sociais. Quando se logra unificar ações dispersas, as políticas sociais passam a ser mais eficientes e eficazes. Mesmo com as críticas e dificuldades encontradas para construir um instrumento único para os programas sociais federais, a unificação dos programas foi um passo primordial para a continuidade que seria dada nos governos seguintes, tendo o auge nas ações do Plano Brasil sem Miséria, lançado em 2011.

O Plano Brasil sem Miséria conta com três eixos – garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. No primeiro eixo, a combinação do Programa Bolsa Família com o Programa Brasil Carinhoso tem sido exitoso. Do lado do acesso a serviços, os investimentos federais em infraestrutura devem ser mantidos para garantir água, esgoto, banheiro com sanitário, coleta de lixo, enfim, uma variedade de serviços públicos básicos que afetam a saúde e condição de moradia de milhões de brasileiros. No eixo da inclusão produtiva, algumas mudanças são importantes de serem aprofundadas em função da sua vinculação direta com o crescimento da renda, conforme descrito anteriormente neste documento.

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Plano Brasil sem Miséria coordena a oferta de vagas de qualificação profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). São cursos de formação inicial e continuada voltados para a inserção no mercado de trabalho, com duração mínima de 160 horas. Os cursos serão ofertados em instituições de reconhecida qualidade no ensino técnico e tecnológico, como as unidades do sistema nacional de aprendizagem (SENAC e SENAI) e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A oferta é gratuita e os beneficiários recebem alimentação, transporte e todos os materiais escolares.

A execução do programa é desenvolvida junto às prefeituras municipais, por meio da assistência social, que se responsabilizam pela mobilização dos beneficiários, pré-matricula e acompanhamento dos alunos, e conta com o apoio dos governos estaduais. A meta do Plano BSM é capacitar um milhão de pessoas inscritas no CadÚnico até 2014.

No eixo do Acesso a Serviços Públicos, a atuação conjunta dos diversos ministérios voltada para a população extremamente pobre tem por meta ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade, tais como cursos de alfabetização, educação integral, emissão de documentos de identificação, assistência social (CRAS e CREAS), segurança alimentar e nutricional (Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares), exames oftalmológicos, tratamento dentário, ampliação de equipamentos de saúde como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e combate às chamadas doenças negligenciadas que afetam diretamente os mais pobres.. O eixo de Inclusão Produtiva foi estruturado em duas frentes, uma para o meio urbano e outra para o rural, levando em consideração suas realidades tão diversas.

A promoção da inclusão produtiva urbana se dá a partir da geração de ocupação e renda. Para isso, já estão sendo ofertados cursos de qualificação profissional e capacitação sintonizados com a vocação econômica de cada região, com destaque para o PRONATEC. O eixo também conta com a ampliação da política de microcrédito (Programa CRESCER), Programa Mulheres Mil e com a promoção de ações de incentivo ao microempreendedorismo e à Economia Popular e Solidária.

Já a promoção da Inclusão Produtiva rural, a prioridade foi aumentar a produção dos agricultores mais pobres através de orientação e acompanhamento técnico, transferência de recursos, oferta de insumos e água, proporcionando segurança alimentar e estimulando a produção para a comercialização. As principais ações são: Programa Água Para Todos, Luz para Todos, Assistência técnica Especializada (ATER), Fomento e Oferta de Sementes, Compras públicas e privadas, Bolsa Verde.

O Plano Brasil Sem Miséria é composto pela estratégia da Busca Ativa e pelos três eixos: Garantia de Renda, Acesso a Serviços e Inclusão Produtiva. A articulação federativa é fundamental para que estados e municípios, de acordo com suas características regionais, possam alcançar por meio de um esforço conjunto a superação da extrema pobreza. Para isso, estados e municípios poderão implementar de forma coordenada as ações propostas nos 3 eixos.

O Plano Brasil sem Miséria trouxe uma novidade para o cenário brasileiro que poderia contar com distintas linhas monetárias de recorte para as populações-alvo das políticas públicas. Esse fato, no entanto, não impediu que se oficializasse uma linha de extrema pobreza em 2011. Apesar de representar um valor baixo (R\$ 70 per capita, bem próximos à linha utilizada pelo Banco Mundial), ele serve de parâmetro para as demais políticas públicas. O fato de haver oficializado a linha de extrema pobreza também retoma a discussão dos patamares doravante nas políticas públicas como um todo, para que haja um reflexo maior em outras áreas. Durante muitos anos, o país utilizou critérios de um quarto ou meio salário mínimo per capita, mas o valor oficial se fixa após uma década de grandes avanços na recuperação do poder de compra dos trabalhadores com a política de valorização do salário mínimo.

A ação Brasil Carinhoso demonstra, para além dos custos baixos no sentido da superação da extrema pobreza, gerar as condições de oportunidades para que as próximas gerações superem essa situação é de fundamental relevância para um país onde a superação da extrema pobreza era impensável.

A aposta em programas de transferências é bastante frutífera quando o cenário internacional se agrava por crises econômicas e devem ser repensadas em outros países. Não resta dúvida que no caso brasileiro, o momento de expansão desse tipo de programa foi bastante propício perante o cenário macroeconômico de inflação controlada e crescimento econômico, principalmente nos anos 2000.

Em anos mais recentes, o Governo Federal tem buscado a desoneração fiscal de alguns tributos com fins de promover a manutenção dos empregos em alguns setores, fator que também tem contribuído nos últimos anos para aliviar as pressões da crise internacional que se apresenta no momento. Esse tipo de ação deve ser analisada em prazo médio e portanto ainda não tem como mensurado seu impacto efetivo.

No mês de novembro de 2012, o Brasil Carinhoso foi ampliado para beneficiar as famílias do Bolsa Família com pelo menos um filho de até 15 anos. Com isso, mais 7,3 milhões de pessoas superaram a miséria, sendo 2,9 milhões na faixa etária de 7 a 15 anos.

Esclarecemos que, além de incrementar a transferência de renda, a Ação Brasil Carinhoso fortalece a educação, com estímulo ao aumento de vagas nas creches, e amplia cuidados na área da saúde, incluindo suplementação de vitamina A, sulfato ferroso e medicação gratuita contra asma. Tudo isso numa fase crucial para que as crianças desenvolvam todas as suas potencialidades físicas e intelectuais: a primeira infância.

A Ação Brasil Carinhoso, implementada em 2012, obteve um sucesso tamanho com a primeira infância (até 6 anos) que foi estendida no mesmo ano de seu lançamento para as crianças até 15 anos. O programa oferece o complemento da renda familiar per capita até a linha de extrema pobreza oficial para as famílias com crianças até a idade escolhida. Portanto, a superação da extrema pobreza se constata para a grande maioria das famílias apenas com essa ação. Em 2012, o recurso adicional deste programa ao PBF foi de R\$ 1,74 bilhão, fazendo com que o Programa Bolsa Família superasse os 0,5% do PIB.

Ressalta-se que a superação da extrema pobreza no âmbito monetário não significa que se garantam as condições para que as famílias efetivamente logrem a saída dessa situação. Por exemplo, as cisternas são fundamentais para garantir a água para o consumo e para a produção das famílias atingidas pela seca no semiárido nordestino. Da mesma forma, a inclusão produtiva da população beneficiária do Programa Bolsa Família também participa de ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), articulado pelo Ministério da Educação (MEC) para viabilizar sua inserção no mercado de trabalho. O Programa Brasil sem Miséria tem um milhão de vagas garantidas no Pronatec até 2014.

Diagnóstico

O diagnóstico da situação social brasileira foi realizado com os dados recentes do Censo Demográfico 2010 e favoreceram as ações precisas do Plano Brasil sem Miséria. Não é sempre

que um governo inicia com um Censo Demográfico realizado recentemente, permitindo a construção de ações mais precisas e diretas. Neste sentido o apoio do órgão oficial de estatísticas brasileiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi fundamental para a elaboração do diagnóstico preciso.

Um dos dados mais alarmantes do diagnóstico que embasou o desenho do Plano Brasil sem Miséria foi a constatação de que, dentre a população que se encontrava em situação de extrema pobreza à época do lançamento do Plano, cerca de 42% eram menores de 15 anos. A principal medida do Plano para lidar com esse problema é a Ação Brasil Carinhoso, que tira da extrema pobreza famílias com filhos nessa faixa etária.

Entre o último e penúltimo Censo Demográfico ocorreu uma transformação no número de famílias no país que, reforçada pela queda nos índices de fecundidade, auxiliam na busca de explicações para uma melhoria no diagnóstico social nessa década. Enquanto a população brasileira cresceu em 12,3%, o número de domicílios¹ cresceu mais do dobro desse percentual – 28,0%.

Os novos arranjos familiares se constituem como causa e efeito da elevação da renda. Se por um lado as famílias estão menores, recordando que isso ocorreu em todas as regiões naturais e tanto no urbano como no rural, já há um impacto nas políticas públicas para a população de baixa renda. A redução do número de crianças nas famílias faz com que mais pessoas em idade ativa possam contribuir para uma melhoria nas condições de vida de seus membros. Por outro lado, a inserção produtiva e uma elevação nos patamares monetários faz com que novos núcleos familiares sejam gerados.

O envelhecimento populacional terá efeitos brutais nas próximas décadas. Os impactos nas políticas públicas serão pesados em consequência do aumento da expectativa de vida. Atualmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atinge em torno de 2 milhões de idosos que se situam em famílias com até meio salário mínimo per capita.

A previdência social brasileira passou por uma forte transformação recentemente ao separar as aposentadorias de servidores públicos que se beneficiavam integralmente dos salários enquanto no setor privado a redução de renda com o advento da aposentadoria era praticamente da ordem de quarenta por cento.

Em termos de recursos humanos, observando os resultados do Censo SUAS 2011, o número de assistentes sociais por domicílios foi de 1:972. Considerando apenas os domicílios em extrema pobreza, essa razão é de 1:68. Considerando o tamanho do município, vemos que nos municípios até 10 mil habitantes, essas razões são de 1:303 e 1:33 enquanto nos municípios acima de 500 mil habitantes, de 1:2277 e 1:73.

Em termos de distribuição da população por grandes regiões naturais, os assistentes sociais estão bem representados conforme o peso da população em cada região. Esse fator vem sendo preponderante para a atuação efetiva e eficaz das ações nas políticas sociais.

¹ Até o presente momento o IBGE somente divulgou as informações a nível domiciliar e não familiar, por isso utilizamos o dado de domicílios.

A Constituição Federal do Brasil assinada em 1988 foi fruto de uma intensa negociação sobre o papel da União, dos Estados e municípios no que tange à administração das políticas públicas. Não resta dúvida que o modelo de descentralização foi fundamental para lograr alcançar os avanços sociais desde então, principalmente devido a um fenômeno intimamente ligado à esse debate – a garantia da previdência para os trabalhadores rurais. A redução expressiva da pobreza rural após 1993, data de sua implantação tem sido largamente debatida na literatura nacional (IPEA, Paes de Barros, Camarano). Na década seguinte, os programas de transferência de renda para as famílias de mais baixa renda aliado à expansão do emprego formal brasileiro e à política de valorização do salário mínimo dividem os méritos da diminuição da extrema pobreza. Esses processos só foram possíveis graças à descentralização da gestão pública que fortaleceu a participação dos municípios nas suas tomadas de decisões. Entretanto, cabe ressaltar que muitos municípios, ainda que empoderados e podendo contar com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ainda não constituíram uma política de planejamento de médio e longo prazo.

Segundo o corte populacional dos municípios proposto neste documento, 45,2% dos municípios brasileiros se encontram na primeira categoria com até dez mil habitantes. Outros 43,9% situam-se entre 10 e 50 mil habitantes. Portanto, cerca de nove em cada dez municípios brasileiros tem até 50 mil habitantes (89,1%). A análise sob a ótica dos municípios é de fundamental relevância para o desenho e formulação de políticas públicas, mas não pode ser considerada de forma unidimensional. Em termos de população, essas duas categorias de municípios brasileiros concentram um em cada três brasileiros (33,6%).

Do ponto de vista administrativo, trata-se de municípios com baixo poder de formulação própria de políticas públicas, apesar de abocanhar um percentual considerável do Fundo de Participação Municipal (FPM).

Dos 64,0 milhões de residentes em municípios até 50 mil habitantes, a maior parte se concentra em áreas urbanas (65,0%), ao contrário do que se poderia imaginar. Entretanto, três em cada quatro brasileiros no campo se situam em municípios até 50 mil habitantes. Portanto, quando se formulam programas voltados para o público rural, deve ser considerado esse critério de porte populacional como um bom indicativo – levando em consideração que a maior parte nestes municípios é urbana.

Na literatura brasileira, a definição de setores censitários separados em urbano e rural tem trazido a intenso debate sobre o que efetivamente se pode considerar efetivamente enquanto tal. Por um lado está uma visão mais economicista do assunto que afirma que quando a atividade principal do município é agrícola, os dados não apontam para essa realidade, uma vez que muitos moradores residem em áreas urbanas. Por outro lado, numa ótica mais sociológica, a distinção entre urbano e rural permite afirmar que há uma clara distinção em relação ao acesso a serviços básicos que imprimem à população em setores censitários rurais uma realidade mais dura.

A multidimensionalidade da pobreza extrema deve levar em consideração que ambas as definições são complementares abarcando distintas visões de mundo. Isso não significa que

devemos aceitar que um município seja obrigatoriamente considerado agrícola porque uma boa parte da sua economia está baseada na agricultura.

Na perspectiva de uma abordagem multidimensional, o olhar sob a ótica do porte populacional dos municípios pode revelar que há distintas pobreza afetando cada conjunto de municípios. Algumas ações ou programas tem foco específico em residentes rurais ou com perfil agrícola, mesmo que residentes em áreas urbanas. Essas ações ou programas são desenhadas e elaboradas partindo das carências encontradas, mas muitas vezes sem uma priorização das carências. O olhar sobre os resultados do Censo Demográfico 2010 podem trazer esse novo foco sobre as carências que podem definir priorizações, justificando a importância dessa escolha de faixas de porte populacional dos municípios.

Dentre os serviços básicos, podemos destacar alguns que foram imprescindíveis para a análise multidimensional da pobreza extrema na construção do Plano Brasil Sem Miséria. Destaca-se que poderiam ser utilizadas outras variáveis nesta análise, mas a informação pode não ter sido coletada pelo questionário do Censo Demográfico ou simplesmente revelar uma homogeneidade que não auxilia na explicação sobre o bem estar geral da população. Dentre as dimensões que podem servir para a distinção de uma pobreza multidimensional podemos situar o abastecimento de água, o acesso a saneamento, a coleta de lixo e o número de banheiros.

A distribuição da população em extrema pobreza por tamanho do município revela gritantes desigualdades regionais. Nas regiões Norte e Nordeste, 55,7% e 68,4%, respectivamente, desta população se concentram em municípios até 50 mil habitantes. Na região Sudeste, a população em extrema pobreza se concentra em municípios de mais de 100 mil habitantes, sendo que 31,1% em municípios com mais de 500 mil habitantes. Há, portanto, fortes indícios de que a extrema pobreza na região Sudeste seja urbana enquanto nas regiões mais pobres, esteja afetando mais os moradores do campo e dos pequenos municípios urbanos.

Trata-se, portanto, de ações distintas para a mesma questão seguindo as diferenças regionais. Tendo em vista os resultados apresentados na Tabela 1, a distribuição de municípios prioritários das ações imediatas do Plano Brasil Sem Miséria, deve obedecer a critérios que permitam vislumbrar ações distintas para essa questão.

Tabela 1 Distribuição da população em extrema pobreza segundo tamanho do município

	Até 10 mil habitantes	Mais de 10 mil a 50 mil habitantes	Mais de 50 mil a 100 mil habitantes	Mais de 100 mil a 250 mil habitantes	Mais de 250 mil a 500 mil habitantes	Mais de 500 mil habitantes	TOTAL
Norte	7,3%	48,4%	21,7%	8,4%	6,8%	7,3%	100,0%
Nordeste	9,8%	58,6%	14,5%	6,8%	2,2%	8,1%	100,0%
Sudeste	10,3%	25,4%	7,7%	13,4%	12,1%	31,1%	100,0%
Sul	22,4%	37,6%	11,0%	12,4%	8,9%	7,5%	100,0%
Centro-Oeste	16,2%	42,9%	9,3%	10,1%	5,0%	16,5%	100,0%

BRASIL **10,3%** **49,9%** **14,2%** **8,5%** **5,0%** **12,1%** **100,0%**

Fonte: IBGE, Universo Preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

Análises por regiões metropolitanas e não metropolitanas

Segundo as 42 regiões metropolitanas² que o IBGE considera no Censo Demográfico 2010, 4.013.545 pessoas em extrema pobreza (24,7% do total) residem nestas áreas. Estas regiões metropolitanas incluem os chamados colares metropolitanos, áreas de expansão metropolitana e regiões integradas de desenvolvimento (RIDE). O conjunto que forma estas regiões metropolitanas têm distintos tamanhos, uma vez que estas regiões são compostas de distintos municípios com diversos tamanhos, mas totalizam 669 municípios (12,0% dos municípios brasileiros). Apenas os estados de Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins e Mato Grosso do Sul ainda não contam com regiões metropolitanas em seu território.

Das 4.013.545 pessoas em extrema pobreza em áreas metropolitanas do IBGE, 58,6% residem em municípios com mais de 250 mil habitantes.

Dos municípios no restante não metropolitano, que totalizam 12.253.652 pessoas em extrema pobreza (75,3% do total), há uma forte concentração destes em municípios até 50 mil habitantes (9.081.476 indivíduos ou 74,1%).

Tabela 2
Distribuição da população em extrema pobreza, total e municípios segundo porte populacional e definição metropolitana* e não-metropolitana

Recorte territorial IBGE	Porte populacional	Extrema Pobreza		População Total		Municípios	
		Total	%	Total	%	Total	%
Não Metropolitano	Até 10 mil habitantes	1.589.122	13,0%	11.980.917	12,0%	2.342	47,8%
	Mais de 10 mil a 50 mil habitantes	7.492.354	61,1%	44.745.692	44,8%	2.174	44,4%
	Mais de 50 mil a 100 mil habitantes	1.991.327	16,3%	16.943.227	17,0%	249	5,1%
	Mais de 100 mil a 250 mil habitantes	756.568	6,2%	13.977.945	14,0%	99	2,0%
	Mais de 250 mil a 500 mil habitantes	323.715	2,6%	7.973.882	8,0%	25	0,5%
	Mais de 500 mil habitantes	100.566	0,8%	4.284.927	4,3%	7	0,1%
	Total	12.253.652	100,0%	99.906.590	100,0%	4.896	100,0%
Metropolitano*	Até 10 mil habitantes	84.163	2,1%	935.363	1,0%	171	25,6%
	Mais de 10 mil a 50 mil habitantes	625.769	15,6%	6.342.946	7,0%	270	40,4%
	Mais de 50 mil a 100 mil habitantes	321.533	8,0%	5.370.977	5,9%	76	11,4%
	Mais de 100 mil a 250 mil habitantes	630.407	15,7%	13.617.403	15,0%	85	12,7%
	Mais de 250 mil a 500 mil habitantes	487.684	12,2%	12.995.941	14,3%	36	5,4%
	Mais de 500 mil habitantes	1.863.989	46,4%	51.586.579	56,8%	31	4,6%
	Total	4.013.545	100,0%	90.849.209	100,0%	669	100,0%
Total	Até 10 mil habitantes	1.673.285	10,3%	12.916.280	6,8%	2.513	45,2%
	Mais de 10 mil a 50 mil habitantes	8.118.123	49,9%	51.088.638	26,8%	2.444	43,9%
	Mais de 50 mil a 100 mil habitantes	2.312.860	14,2%	22.314.204	11,7%	325	5,8%
	Mais de 100 mil a 250 mil habitantes	1.386.975	8,5%	27.595.348	14,5%	184	3,3%
	Mais de 250 mil a 500 mil habitantes	811.399	5,0%	20.969.823	11,0%	61	1,1%
	Mais de 500 mil habitantes	1.964.555	12,1%	55.871.506	29,3%	38	0,7%
	Total	16.267.197	100,0%	190.755.799	100,0%	5.565	100,0%

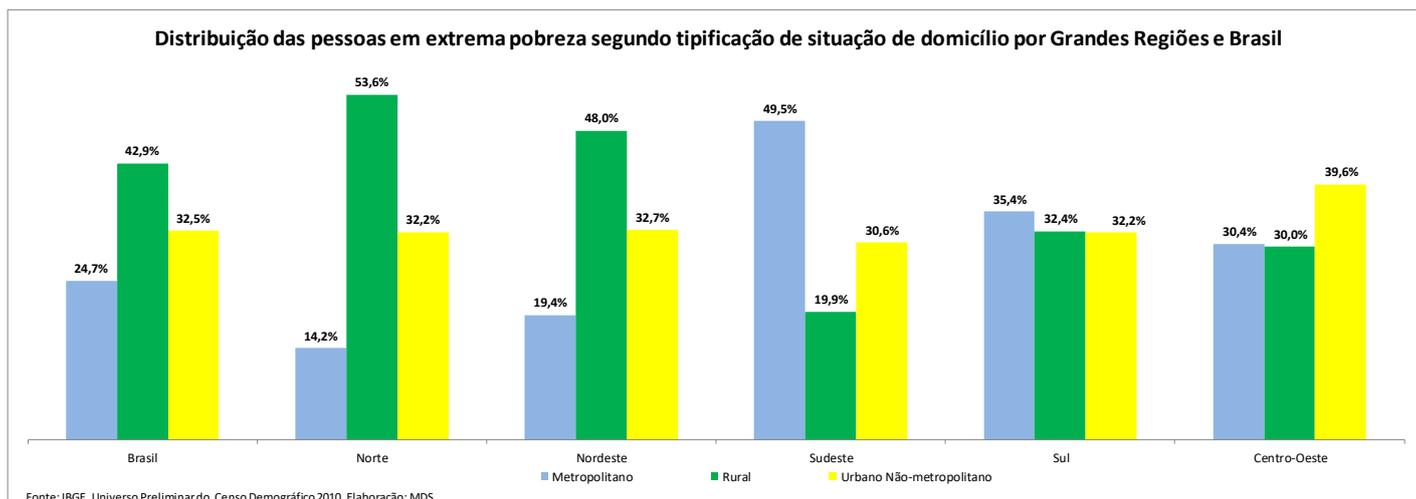
Fonte: IBGE, Universo Preliminar do Censo Demográfico 2010.

*Regiões metropolitanas consideradas pelo IBGE no Censo Demográfico 2010.

² Compostas por: Aglomeração Urbana do Litoral Norte (RS); Aglomeração Urbana do Nordeste (RS); Aglomeração Urbana do Sul (RS); RIDE da Grande Teresina (PI e MA); RIDE DF e Entorno (DF, MG e GO); Ride do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA (PE e BA); RM Agreste (AL); RM Aracajú (SE); RM Baixada Santista (SP); RM Belém (PA); RM Belo Horizonte (MG); RM Campina Grande (PB); RM Campinas (SP); RM Carbonífera (SC); RM Cariri (CE); RM Chapeco (SC); RM Curitiba (PR); RM Florianópolis (SC); RM Fortaleza (CE); RM Foz do Rio Itajaí (SC); RM Goiânia (GO); RM Grande São Luís (MA); RM Grande Vitória (ES); RM João Pessoa (PB); RM Lages (SC); RM Londrina (PR); RM Macapá (AP); RM Maceió (AL); RM Manaus (AM); RM Maringá (PR); RM Natal (RN); RM Norte/Nordeste Catarinense (SC); RM Porto Alegre (RS); RM Recife (PE); RM Rio de Janeiro (RJ); RM Salvador (BA); RM São Paulo (SP); RM Sudoeste Maranhense (MA); RM Tubarão (SC); RM Vale do Aço (MG); RM Vale do Itajaí (SC); RM Vale do Rio Cuiabá (MT).

No Nordeste brasileiro, mais da metade da população em extrema pobreza (53,6%) se situa em áreas rurais enquanto um em cada sete pessoas (14,2%) nessa condição reside nas regiões metropolitanas de Manaus, Belém e Macapá. Os demais 32,2% moram em áreas urbanas não metropolitanas.

Na região Nordeste, um em cada cinco pessoas em extrema pobreza se encontra nas áreas metropolitanas (19,4%). Cerca da metade (48,0%) se situam nas áreas rurais e os restantes 32,7% em áreas urbanas não metropolitanas.

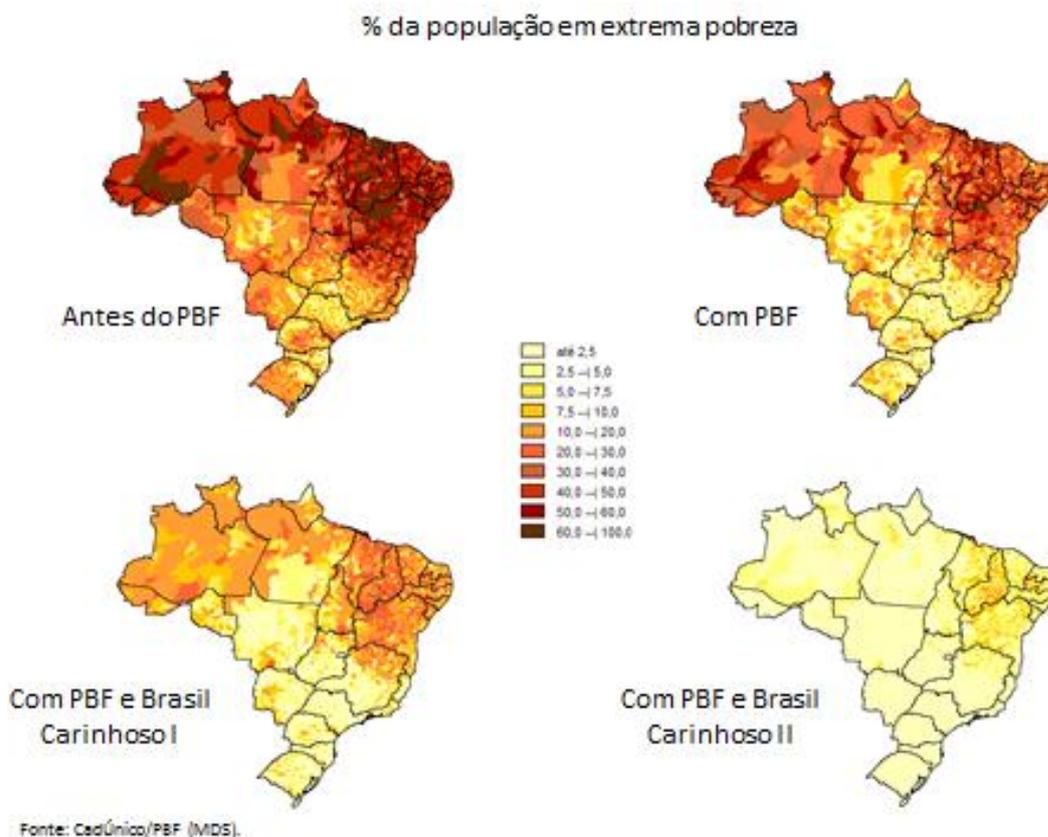


Cerca da metade dos extremamente pobres residentes na região Sudeste (49,5%) se encontra nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Um em cada cinco nesta região está nas áreas rurais (19,9%) e os restantes 30,6% em áreas urbanas não metropolitanas.

A região Sul apresenta praticamente um equilíbrio entre áreas metropolitanas, áreas rurais e áreas urbanas não metropolitanas com 35,4%, 32,4% e 32,2%, respectivamente.

Comportamento similar tem a região Centro-Oeste, mas destaque maior para as áreas urbanas não metropolitanas que apresenta 39,6%, enquanto os moradores nas áreas metropolitanas e rurais atingem 30,4% e 30,0%, respectivamente.

Gráfico 4



A Tabela X apresenta a simulação de taxas de extrema pobreza segundo a implantação dos programas sociais mencionados acima, onde houve um nítido avanço nos municípios menores, que concentravam a maioria da população nessa situação.

Tabela 3
Simulação da taxa de extrema pobreza por programa social segundo porte populacional dos municípios

Porte populacional	% da população em extrema pobreza			
	Pré-PBF	Pós-PBF	Pós-PBF e BC I	Pós-PBF e BC II
Até 10 mil habitantes	28,6%	17,6%	9,3%	2,6%
Mais de 10 mil a 50 mil habitantes	31,4%	18,5%	9,7%	2,5%
Mais de 50 mil a 100 mil habitantes	22,7%	11,4%	5,8%	1,4%
Mais de 100 mil a 250 mil habitantes	13,3%	5,8%	2,9%	0,7%
Mais de 250 mil a 500 mil habitantes	10,7%	4,0%	1,9%	0,4%
Mais de 500 mil habitantes	9,5%	4,1%	2,1%	0,5%
Total	18,9%	10,0%	5,2%	1,3%

Fonte: CadÚnico/PBF (MDS). Elaboração própria.

Observação: População Total do Censo Demográfico 2010.

PBF = Programa Bolsa-Família; BC I = Brasil Carinhoso até 6 anos; BC II = Brasil Carinhoso até 15 anos.

Emprego

A Tabela 1 informa que metade do crescimento do emprego entre 2000 e 2010 ocorreu em municípios menores de 300 mil habitantes. Esse é um importante indicador de desconcentração do emprego nas regiões metropolitanas que tende a se consolidar nesta próxima década.

Tabela 4
Distribuição do emprego formal por porte populacional
Brasil, 2000 e 2010

Porte populacional	Emprego		Crescimento	
	RAIS 2000	RAIS 2010	absoluto	relativo (%)
Até 9,9 mil habitantes	850.044	1.633.785	783.741	92,2%
De 10 a 19,9 mil habitantes	1.217.864	2.196.537	978.673	80,4%
De 20 a 29,9 mil habitantes	984.379	1.783.230	798.851	81,2%
De 30 a 49,9 mil habitantes	1.364.378	2.567.293	1.202.915	88,2%
De 50 a 59,9 mil habitantes	501.499	921.567	420.068	83,8%
De 60 a 69,9 mil habitantes	506.963	860.058	353.095	69,6%
De 70 a 99,9 mil habitantes	1.171.342	2.155.965	984.623	84,1%
De 100 a 199,9 mil habitantes	2.363.582	4.332.512	1.968.930	83,3%
De 200 a 299,9 mil habitantes	1.768.331	3.244.229	1.475.898	83,5%
De 300 a 399,9 mil habitantes	1.266.513	2.260.109	993.596	78,5%
De 400 a 499,9 mil habitantes	990.322	1.809.285	818.963	82,7%
De 500 a 999,9 mil habitantes	2.574.082	4.376.466	1.802.384	70,0%
1 milhão ou mais	10.669.330	15.927.319	5.257.989	49,3%
Total	26.228.629	44.068.355	17.839.726	68,0%

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Em termos regionais, o emprego formal cresceu mais nas regiões Norte (120,1%), Nordeste (83,1%), Centro-Oeste (73,6%), que concentram a maioria da população pobre e extremamente pobre no país. As regiões Sudeste (59,9%) e Sul (63,4%) tiveram desempenho abaixo da média nacional, apesar de concentrarem juntas mais de dois terços dos empregos formais em 2011.

O incremento da massa salarial foi impulsionado pela formalização verificada acima e pela política de valorização do salário mínimo (SM) adotada a partir de 2004, onde se considera não apenas a inflação anual mas se acrescenta o crescimento do PIB de dois anos anteriores. Conforme verificado anteriormente o PIB cresceu acentuadamente nesse período e forçou o aumento do salário mínimo.

Não podemos deixar de registrar, entretanto, que esse aumento teve forte impacto em pequenos municípios em que os empregados públicos recebem o salário mínimo bem como o impacto na previdência social. Apesar disso, os efeitos benéficos na população foram fantásticos e auxiliaram a impulsionar o consumo local, criando um circuito retroalimentado de geração de empregos.

A desoneração da folha de pagamento para alguns setores de atividade para estimular a manutenção de empregos foi iniciada em 2011.

A partir de 2011 também houve um estímulo conjunto interministerial para fortalecer o microempreendedor individual (MEI), com assistência técnica no sentido de formalizar e criar novos mercados para esses empreendedores. Entretanto ainda pairam dúvidas sobre a continuidade da contribuição previdenciária desses após um curto período de formalização. Também se registra o incentivo à Economia Solidária em parceria do MDS com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses são dois exemplos que encampam as ações de inclusão produtiva para a população que encontra dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Essas ações encontram maior repercussão dentre municípios maiores, principalmente em suas periferias.

O descolamento do emprego formal com o PIB tem chamado bastante a atenção porque mesmo em momento de baixo crescimento do PIB, como no ano de 2009, o emprego continuou acelerado.

Tabela 5
Varição anual do PIB e do emprego
Brasil, 2001 a 2010

Ano	Varição anual	
	PIB (US\$ PPC)	Emprego
2001	2,2%	3,7%
2002	2,9%	5,5%
2003	2,0%	3,0%
2004	7,4%	6,3%
2005	5,4%	5,8%
2006	6,2%	5,8%
2007	8,2%	7,0%
2008	6,5%	4,9%
2009	-0,6%	4,5%
2010	7,6%	6,9%

Fonte: Ipeadata e RAIS (MTE). Elaboração própria.

O mercado de trabalho brasileiro passou por uma transformação nos anos recentes, quando a taxa de desemprego despencou para os menores patamares das séries estatísticas, levando a que alguns concluíssem que o país se encontra no pleno emprego. Exageros à parte, de fato houve uma redução na taxa de desemprego principalmente nos quintos de renda inferiores. Isso explica, parcialmente, porque o setor empresarial fala em “apagão” de mão de obra em alguns setores, devido à suposta baixa escolaridade entre a população de menor renda. Ressalta-se, no entanto, que o país vem avançando em passo pouco mais acelerado do que antes na questão da escolaridade. Não por acaso, a mão de obra que mais logrou emprego nos últimos dez anos tinha o ensino médio concluído.

Apontando desafios

Em 2011, o Governo brasileiro lançou o Plano Brasil sem Miséria com a encomenda presidencial de superar a extrema pobreza. Os pressupostos para esse programa se instrumentalizavam através do Programa Bolsa Família (PBF). Em 2012, foi criada a Ação Brasil Carinhoso I, onde se complementava o hiato das famílias em extrema pobreza que fossem beneficiárias do PBF e que tivessem crianças entre 0 e 6 anos de idade. Com o sucesso na

implementação voltada para a primeira infância, o programa foi expandido, ainda no mesmo ano, para todas as famílias com crianças entre 0 e 15 anos.

A dinâmica da pobreza envolve uma série de questões que necessitam aprofundamento para poder atingir seu cerne. Essa dinâmica envolve, no que tange à ótica individualista, tanto a reprodução da pobreza intergeracional quanto a volatilidade de renda das famílias dentro do mesmo ciclo de vida. Não se pode também negligenciar que esse dinamismo depende de fatores exógenos como fatores climáticos, ciclos econômicos que afetam diretamente as condições de vida ao longo de períodos que podem ser curtos ou prolongados, como no caso das guerras.

As famílias adotam estratégias específicas para tentar fugir da situação de pobreza, independente do acesso a formas mais estáveis de inserção laboral ou de acesso a serviços públicos que poderiam permitir tal estabilidade. Dentre as estratégias adotadas, longe de atribuir juízos de valores às ações ou discutir a legalidade, são pontuadas algumas específicas. Seguramente a que tem maior impacto sobre a questão social é a inserção no mundo do trabalho de crianças e adolescentes em condições de trabalho indignas e muitas vezes insalubres que ultrapassam as instâncias jurídicas normativas. Estes casos ocorrem principalmente na informalidade e são regidos pela ilegalidade.

O fato de adotarem estratégias específicas para escapar da pobreza não significa que sejam exitosas. Existe o caso da migração de um membro para as periferias das grandes cidades em busca de uma tentativa de melhorar de vida enviando remessas para o campo onde o dinheiro tem maior poder aquisitivo e pode fazer uma grande diferença para as famílias principalmente no campo. Também existe a possibilidade de uma migração de toda a família, o que significaria que apenas se desloca a pobreza de regiões com menos possibilidades para as periferias dos grandes centros urbanos.

As oportunidades de um indivíduo com nenhuma ou baixa escolaridade para ingressar no mercado laboral são reais apenas para algumas ocupações ou setores, mas sempre com uma característica em comum – os baixos salários. Tratam-se de postos de trabalho que não requerem nenhum conhecimento específico mas prescindem, na maioria das vezes, de disponibilidade física – seja para carregar peso ou para executar tarefas pesadas. Portanto, não são postos de trabalho que necessitem de indivíduos qualificados para exercer esses ofícios.

Por fim, não resta dúvida que a discussão das formas de financiamento das políticas sociais deve ser aprofundado no caso brasileiro, principalmente em relação à distribuição dos royalties que garantam a manutenção dos atuais programas e ações federais e favoreçam o profissionalismo da gestão pública municipal que ainda prescinde de melhorias para aumentar a eficiência das políticas sociais no país.

Bibliografia

CHAVES, José Valente e RIBEIRO, José Aparecido Carlos (2012). Gasto Social Federal: uma análise da execução orçamentária de 2011. Nota Técnica nº 13. Brasília, IPEA, 13 de dezembro de 2012.

COELHO, Maria Francisca, TAPAJÓS, Luziele e RODRIGUES, Monica (orgs). (2010). Políticas Sociais para o Desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. UNESCO, Brasília, dezembro de 2010.

IBGE (2011). Censo Demográfico 2010: Universo preliminar. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

KHAIR, Amir (2011). Estimativa da Carga Tributária 2011.In: <http://agenciat1.com.br/?p=13893>.

MDS (2012). Censo SUAS 2011. Brasília, MDS, 2012.